

Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo - PDUI-RMSP

Ata da Audiência Municipal de Mobilização de Poá Sub-região Leste

Data: 27 de junho de 2016

Local: Câmara Municipal de Poá

Rua: Vereador José Calil, 100 - Vila das Acácias

Horário: 19h00

Pauta: Esclarecimentos sobre o Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado da Região Metropolitana de São Paulo

- **Abertura pela Mesa**
- **Apresentação da Emplasa**
- **Debates**
- **Encerramento**

Representantes Presentes

Institucionais

Prefeitura Municipal

Paulo Silas Dornelas - **secretário de Obras de Poá**

Augusto de Jesus - **secretário de Planejamento de Poá**

Consórcio de Desenvolvimento dos Municípios do Alto Tietê (Condemat) -
Ludmila Santos

Emplasa

Ana Paula da Rocha

Enéas Nucci

Mariana Yamamoto Martins

Sociedade Civil

Ver lista de presença

Abertura

A audiência municipal de mobilização do Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) em Poá ocorreu na Câmara Municipal, em 27 de junho de 2016. Para dar início aos trabalhos foram convocados para compor a mesa Ana Paula Rocha, técnica da Emplasa; Ludmila Santos, representando o Condemat; Paulo Silas Dornelas, secretário de Obras do município de Poá; Augusto de Jesus, secretário de Planejamento de Poá; e o presidente da Câmara Municipal, Mário Kawashima

(conhecido como Mário Sumirê). Outros vereadores e demais presentes foram convidados a entrar no plenário.

Com a palavra, **Ana Paula** abriu os trabalhos agradecendo aos presentes com saudação especial ao prefeito de Poá, Marcos Borges, e ao presidente da casa, Mário Sumirê. Explica que o objetivo da audiência municipal de mobilização é apresentar o PDUI. Em seguida, passa o filme institucional do PDUI da RMSP e dá início à apresentação da Emplasa.

A apresentação da Emplasa discorre sobre:

- **Estatuto da Metrópole.**
- **O que é o PDUI.**
- **Processo de elaboração do PDUI.**
- **Processo participativo e constituição da "Instância Deliberativa para aprovação do PDUI."**

Ana Paula faz uma analogia com os planos diretores municipais estabelecidos pelo Estatuto da Cidade. Da mesma forma, o Estatuto da Metrópole propõe um plano de desenvolvimento para questões de caráter metropolitano, que envolvem mais de um município. Apresenta alguns mapas de caracterização da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) e situa Poá na Sub-região Leste, explicando que o recorte em sub-regiões reflete melhor as questões urbanas. Mostra a conurbação dos municípios e as concentrações de função em determinadas regiões, como emprego, áreas de vulnerabilidade, moradia e áreas de produção de água, como Poá, que está inserido na Área de Preservação Ambiental (APA) do Tietê. Lembra que a questão da água é, inclusive, fonte de renda para o município, como a “água Poá”.

A seguir, explica a obrigatoriedade dos governos de Estado em realizarem planos de desenvolvimento para suas regiões metropolitanas, que serão rediscutidos a cada dez anos, e dos municípios em inserir nas revisões de seus planos diretores de acordo o que foi pactuado no plano metropolitano.

Para a RMSP, os problemas metropolitanos tratados no PDUI serão transportes, habitação, uso do solo, meio ambiente, saneamento e recursos hídricos, entendidos como pontos de interesse comum. Ana Paula destaca que, para atingir as metas, o plano deverá definir os instrumentos para efetivar as ações com a participação das três esferas de governo.

Ana Paula comenta ainda o processo de elaboração do PDUI, cujo guia metodológico está disponível na internet, e a estrutura organizativa – Conselho de Desenvolvimento Metropolitano, Comitê Executivo, Comissão Técnica, Grupos de Trabalho (GT) e Sociedade Civil. Exibe a plataforma digital, na qual estão disponíveis as propostas, a agenda de reuniões e audiências, os documentos já formulados, a legislação e os encaminhamentos do GTs, entre outros.

Esclarece que depois das audiências de mobilização serão realizadas as oficinas regionais (julho e agosto) e em seguida as audiências regionais (setembro), na qual

serão eleitos os representantes da sociedade civil que farão parte da instância deliberativa, que votará o Projeto de Lei a ser encaminhado à Assembleia Legislativa.

Finaliza a apresentação convidando a todos a participarem das oficinas, mobilizarem seus grupos, entrarem na plataforma, acessarem os materiais disponíveis, comentarem, sugerirem e fazerem propostas e abre a palavra a colocações e perguntas.

Debate

Elias, da Associação Comercial e Industrial de Poá (ACIP), comenta que, dos municípios do Alto Tietê, somente Ferraz de Vasconcelos enviou propostas relativas à região. Sinaliza que entrarão em contato com outros municípios para formular proposta relativa ao acesso do Rodoanel na Estrada dos Fernandes. Defende que desse acesso até a interligação com a Mogi-Bertioga, passando pelo fundo de Jundiapéba e Braz Cubas até chegar em Bertioga, é um local interessante para uma rodovia paralela para quem sai de São Paulo e vai à Bertioga não ter que passar por dentro de Poá, Suzano e Mogi, região que fica muito congestionada aos finais de semana. Defende também que um acesso ligando o rodoanel à Taiapuêba é muito importante pro Alto Tietê.

José Geraldo Bruneti, da Secretaria de Transportes de Poá, defende que se façam ações para informar os cidadãos sobre os planos diretores, como uma semana de discussões sobre o Plano Diretor nas escolas públicas para que futuramente esses alunos não permitam que os governantes não sigam o plano. Defende que primeiro deve-se preparar a sociedade para a construção do plano e depois quem está no governo deve colocá-lo em prática, mesmo que aparente ser futurista. Exemplifica com a possibilidade de gerar novos polos mesmo numa cidade pequena como Poá. Um polo de emprego no bairro de Nova Poá evitaria grandes deslocamentos da população, mas se a sociedade não cobra ações como essa, cabe aos vereadores proporem, afirma José, na intenção de gerar o debate. No tema mobilidade urbana, discorda dos investimentos em acessos do Rodoanel, pois acredita que a política deve ser no sentido de tirar os carros da rua.

Ana Paula reconhece o tamanho do desafio, mas afirma que o Estatuto da Cidade é uma política recente. E o Estatuto da Metrópole deve sanar algumas de suas fragilidades, tendo em vista que os municípios estão localizados em regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas. Nesse sentido, há também um desafio de cidadania, é um processo longo de construção do cidadão metropolitano. Defende que, com mecanismos de monitoramento e acompanhamento dos projetos e ações, não se deve esperar dez anos para reavaliar o plano. Sociedade civil, poder público e empresariado devem estar constantemente alertas. Afirma ainda que política pública acaba sendo feita com ou sem a presença do Estado, como no caso da participação da iniciativa privada na questão dos resíduos sólidos. Defende a importância da sociedade civil nas audiências e oficinas e a participação dos municípios nos grupos de trabalho, tendo em vista que deverão rever algumas medidas de seus planos diretores. Isso porque na formulação desses planos não foram dimensionados seus

resultados em outros municípios. Finaliza dizendo que a governança, para existir, depende de todos.

Isaías, representando uma entidade sindical, começa dizendo que cada pessoa da cidade tem um olhar diferenciado sobre ela. Se mora na divisa de Nova Poá com Ferraz de Vasconcelos, vai ter uma visão diferente de quem mora em Calmon Viana, na divisa com Suzano, por exemplo. Defende que os políticos olhem as necessidades dos bairros, principalmente os limítrofes com outros municípios. Nesse sentido, faz algumas considerações sobre a relação de Poá com os municípios vizinhos, como os residentes de outros municípios que matriculam as crianças nas escolas e creches de Poá, com o melhor serviço do Alto Tietê; córregos que não são tratados em outros municípios e trazem problemas para Poá; águas que correm de outros municípios trazendo enchentes até Poá; o bairro do Raspadão, cuja maior extensão está em Ferraz de Vasconcelos, com um pedaço em Poá, e que só recentemente está recebendo projetos de abastecimento de água coleta de esgoto; o bairro Nova Poá, que é limpo e bem conservado, mas na divisa há entulho e lixo.

Isaías defende que se crie uma lei específica sobre esse assunto, de modo a responsabilizar administrativamente as autoridades que não respeitarem os interesses comuns dos municípios. Argumenta que não é justo que se precarize o local onde se mora e se paga IPTU pelas prioridades dos outros municípios serem outras. Defende uma legislação de responsabilidade mútua para que o cidadão de uma cidade que está aplicando determinada legislação possa ter a quem recorrer caso a outra cidade não esteja seguindo a mesma lei.

Ana Paula agradece a colocação de Isaías, que apontou diversas questões metropolitanas. Defende que para se encontrar uma solução para os problemas metropolitanos, como o caso da enchente mencionado, as oficinas regionais serão fundamentais. São o momento de aprofundar a discussão, entender de fato o que afeta cada problema e pactuar alguma proposta.

Mário Kawashima reforça a importância de municípios e Estado pactuarem. Enxerga um problema crônico nas divisas e pondera que, além dos municípios seguirem seus planos diretores, é fundamental o Estado exercer sua função. Cita como a construção de conjuntos habitacionais em Suzano ou Itaquaquecetuba, por exemplo, impacta Poá, que passa a ter que suprir novas demandas por transporte público, rede de ensino e saúde. Destaca então a importância do PDUI ter uma agenda única e pactuar projetos nesse sentido, além de os prefeitos seguirem os planos diretores. Finaliza registrando a presença dos vereadores Gian Lopes e Alexandre Provisor, da Câmara Municipal de Poá.

Elias fala sobre o programa hidrogeológico do Alto Tietê. Relata que a bacia do Rio Itaim, que nasce em Guaianases e tem extensão de 23 km, está totalmente ocupada, o que faz com que Poá sofra com grandes enchentes. Toda água de Ferraz de Vasconcelos vai para Poá. Além disso, a saída da bacia na várzea do Tietê está estrangulada pelos pilares do Rodoanel.

Reforça pedido já feito ao governo do Estado de desassoreamento do Tietê e de maior controle por parte da Sabesp à barragem da Penha. Relata ainda a questão da bacia do rio Guaió, que nasce em Mauá e tem extensão é de 28 km. Existem projetos de urbanização de trechos desse rio, o que aumentaria ainda mais o volume de água que vai para Poá e bairros de Suzano, como Calmon Viana, Vila Bandeirantes, Monte Cristo e Suzanópolis. Defende que se convoque o comitê de bacias do rio Guaió para fazer um plano de alagamento e macrozoneamento da bacia, para evitar o mesmo problema do rio Itaim.

Carlos Cabral, engenheiro da cidade, diz que alguns dos problemas discutidos já são trabalhados pelo Condemat e outros órgãos e pondera que a forma como o PDUI vem sendo tratado pode torná-lo um elefante branco. Reconhece a experiência da Emplasa, dos que falaram anteriormente e dos outros presentes, mas receia que, com o fato ter que sair uma lei ainda em outubro para a Assembleia, pode-se incorrer nos mesmos erros já existentes.

Acredita que a regra foi definida de trás para frente, pois ainda existem muitos problemas locais não resolvidos, o que dificulta a existência de uma visão metropolitana, e é justamente a falta dessa visão que causou os transtornos atuais, como os córregos canalizados em um município trazendo consequências a outros. Cabral explicita sua preocupação de o plano não dar conta de todas as demandas, de se chegar a um impasse. Questiona se o PDUI vai prever uma maneira de conciliar as demandas e agir de forma tranquila, se não, corre o risco de ser mais do mesmo. Questiona se o PDUI conseguirá de fato agregar e envolver as capacidades de pessoas como Elias, Bruneti, Izaias e demais. Acredita que seu *modus operandi* não tem nada de novo em relação a como o planejamento já é feito.

Ana Paula agradece as colocações e esclarece que o papel da Emplasa no PDUI é de Secretaria-executiva, e nem ela, nem o governo do Estado são gestores do plano, até porque o plano não existe a priori, ele está em construção. Destaca que o empenho desde o início é para que os municípios participem e formulem propostas que dialoguem com suas dificuldades. Sabe que o cobertor é curto, e se tentarem resolver todos os problemas não resolverão nenhum, daí a necessidade da construção conjunta. Lembra que desde a Constituição de 1988 espera-se que municípios e sociedade civil também sejam protagonistas. O plano pressupõe uma visão transversal, e deve usar o legado e a experiência dos municípios para avançar e não delegar ao Estado a função de gestor. Hoje, por exemplo, já se sabe que não é possível pensar habitação desarticulada do transporte, da educação.

Em relação ao cronograma apresentado, esclarece que não se sabe se conseguirão cumpri-lo, dependerá da capacidade de articulação e reflexão. De qualquer forma, até 2018, a Assembleia deverá aprovar a Lei Estadual e, se necessário, os municípios terão de adequar seus planos diretores, pensando justamente nos problemas que foram colocados, nos reflexos que suas ações terão em outros locais. Defende que a visão metropolitana é ainda um processo em construção e o que o plano buscará não é um somatório de todas as visões que se tem sobre os municípios, mas uma reflexão sobre os diagnósticos e, sobretudo, sua transformação.

Carlos Alberto, da Secretaria do Meio Ambiente de Poá, relata que acompanha a história de planos desde a primeira reunião que participou em Suzano, com o então prefeito Marcelo Cândido, que antecedeu uma segunda reunião em Brasília, que depois originou o Estatuto da Cidade. De lá para cá, afirma que só tem ouvido falar de plano, mas que os municípios não têm feito sua lição de casa. O Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado (PDDI) de Poá, por exemplo, é de 2006 ou 2007, mas até hoje não tem leis específicas. Da mesma forma, Suzano e Ferraz de Vasconcelos. São feitos novos PDDIs e agora o PDUI, mas ainda sem fazer leis específicas, e se não o fizerem, será só mais um plano sobreposto a outro plano.

Retoma o problema da carga hídrica que chega a Poá, e sua relação com outros municípios, e defende que o PDUI seja aproveitado como uma ferramenta de apoio do Estado para ajudar os municípios a conversarem entre si. Sobre o exemplo do Guaió, o NUTAU-USP (Núcleo de Pesquisa em Tecnologia da Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) está discutindo a urbanização da bacia. Informa que no dia seguinte, inclusive, haveria uma reunião em Mauá com Suzano, Ferraz e Poá sobre isso. Defende que o NUTAU-USP e o PDUI façam estratégias juntos para que as políticas públicas conversem.

Carlos retoma a necessidade das leis específicas municipais. Poá, Mogi e Ferraz, por exemplo, têm leis de uso e ocupação do solo desatualizadas, que contrariam leis federais. Sem essa mudança, de nada adianta o plano. Afirma que no Brasil há muitas leis que não conversam entre si, isso porque não conversaram já durante sua formulação, e o caso do Guaió é um exemplo de duas instâncias trabalhando com o mesmo assunto.

Ana Paula rebate e diz que no processo de elaboração do PDUI existem os grupos de trabalho, sendo um, justamente, sobre meio ambiente. Reforça a importância da participação dos municípios, que conhecem a realidade local e têm experiência para apresentar o problema e sugerir soluções.

Bruneti faz um contraponto ao Elias por acreditar que ele está vendo a problemática sob a ótica de engenheiro. Defende que não se pode imaginar ter que fazer uma obra de alargamento do rio porque vão ocupar a bacia e o rio vai entupir, e sim impedir que se entupa a bacia. Acredita que existe um mito no país que são as obras que resolvem o problema. Ferraz, por exemplo, fez piscinão, canalizou o rio, mas continua tendo enchente. Deve ser criado um mecanismo para evitar a ocupação desordenada da bacia do Guaió, porque um futuro desassoreamento não vai resolver, o problema deve ser atacado por outra ótica.

Outra questão que **Bruneti** levanta é a necessidade de um novo pacto federativo, e não mais Estado, municípios e federação separados. Os problemas metropolitanos e a conurbação de regiões têm tamanho e gravidade tais que exigem um quarto pacto, com legislação e financiamentos próprios. Não adianta querer pegar 30 milhões de reais de Poá, por exemplo, e mais 10 milhões de reais de Ferraz para resolver um problema de divisa, se não existir um pacto que legisle sobre essa distribuição de recursos. Caso contrário, fica só no papel. Sintetiza defendendo que, além de obras, deve-se pensar em educação e em uma nova visão, e que se crie uma legislação que

repense o papel do Estado com as regiões metropolitanas, como um órgão que vá além do municipal e local.

Douglas, conselheiro estadual de Saúde, nota pelas falas que as políticas públicas têm sido de governo, e não de Estado, como deveriam. São grupos que discutem determinados assuntos, mas que agora em outubro, com eleições, esses grupos podem mudar e o que foi iniciado não caminhar. Lamenta que ainda não haja leis específicas para o plano diretor da cidade, aprovado em 2006. Preocupa-se em como garantir que o PDUI de fato saia do papel. Como conselheiro, viu a judicialização crescer em vários municípios, desamparada por prefeitos e gestores. Na questão da saúde, por exemplo, a população é obrigada a judicializar o que lhe é direito básico. Lamenta que a política pública ainda seja tratada de forma patrimonialista. Cita exemplos de problemas regionais, como os dejetos *in natura* jogados em toda a extensão do rio Tietê, a central de tratamento de esgoto em Suzano inaugurada em 1982, mas que hoje funciona com uma capacidade de 50%, e a questão do transporte para Guarulhos, onde é muito difícil chegar sem carro. O central é pensar um contrato regional que obrigue os gestores a cumprirem-no, independente do grupo que estiver no governo.

Ana Paula diz que a riqueza das colocações que estão sendo feitas mostra a importância desse debate e a necessidade de encontrar novos mecanismos, de se aprofundar e o desafio que são as políticas públicas. Em relação ao pacto federativo, esclarece que o PDUI não tem condições de lidar e é importante também entender as limitações do Plano. Uma lei estadual não mudará uma federal. Na ocasião da formulação do Estatuto da Metrópole foi vetado um fundo interfederativo, pois as dotações previstas no orçamento federal (por meio dos repasses) já seria suficiente. Então novos mecanismos de financiamento deverão ser pensados, e dependerão do que for pactuado, do que for decidido implementar. Cita as plataformas logísticas para geração de emprego, que cabem ao poder público regulamentar, mas não investir, ou a questão de saneamento e recursos hídricos para as quais é difícil o município ter verba. O financiamento será discutido a partir das escolhas de ação do Plano. Concorda, ainda, com Douglas, que políticas públicas são de Estado, e não de governo, e que é um imenso desafio reconhecer que os problemas são muito maiores que o calendário eleitoral. A discussão deve estar além das diferenças partidárias, levando a ações concretas e não opiniões, para que daqui a dez anos a situação esteja em outro patamar.

Elias explica que na bacia do Guaió, pela Estrada dos Fernandes ao lado do Rodoanel, já conurbou Suzano com a Cidade Tiradentes, devido a uma ocupação, e que vai ser difícil o governo reverter o quadro. Logo a área vai ser urbanizada, não há outra saída. Outro aspecto é que em 2010, 2011 foi aprovada uma lei estadual que permite a ocupação na região num raio de 5 km, e há necessidade de centro logístico ou outra atividade que gere emprego a população da área de Cidade Tiradentes.

Concorda com Brunetti que se deve educar o povo sobre políticas públicas e políticas ambientais, mas reconhece que a ocupação já aconteceu, por isso, precisa-se preparar o Guaió para o futuro. Reforça a necessidade de retificação e aumento da calha do rio.

Carlos, da Sociedade Amigos de Bairro de Calmon Viana e Vilas Adjacentes, enxerga, de um lado, uma ditadura econômica do atual Governo do Estado de São Paulo, que não respeita lei., Do mesmo lado, uma Câmara que não legisla e uma prefeitura que, a exemplo de todas as anteriores, governa em causa própria e de uma minoria, a partir de interesses financeiros. Do outro lado, vê um povo que infelizmente não está politizado suficiente para mudar a situação, que carrega uma cultura patriarcal acostumado a deixar que decidam por eles. Enxerga ainda uma terceira via nas pessoas que percebem a situação e tentam fazer mudanças na medida do possível. Pondera que, infelizmente, planos assim não têm sido nada além de planos, não são executados, mas devem-se valorizar os presentes na reunião, os vereadores, o poder público, apesar das críticas feitas, e a sociedade, que tenta contribuir. Porém, não tem ilusões e acredita que o que pode ser feito é simplesmente amenizar os problemas e não atingir o nível que se tem direito pela constituição.

Relata que na condição de morador de Calmon Viana teme que aconteça com o rio Guaió o mesmo que ocorreu com o córrego Itaim e receia que se repita no município o abandono que vê em Suzano, Ferraz e Itaquaquecetuba.

Paulo Dornelas, engenheiro e secretário de obras de Poá, destaca que está ali representando o município, o governo, porém vai se posicionar como cidadão que reside em Poá há 37 anos e viveu o crescimento da cidade. Pontua em relação ao que alguns falaram, como Carlos Alberto, sobre a formulação dos planos diretores, e sua futura revisão, e imagina que o PDUI tenha vindo em consequência desses planos e para ajudar. Afirma que o PDDI de Poá foi impactante no município, mas não adianta ele ser bom e os outros municípios não ajudarem. Insere o PDUI nesse contexto de articulação. Em relação aos resíduos sólidos, é um problema cultural com o qual o município tem trabalhado, mas municípios vizinhos jogam resíduos nas divisas e Poá tem que cuidar.

Reforça o exemplo da bacia do Itaim e das enchentes em Poá pelas canalizações a montante. O mesmo ocorre com a poluição do córrego, que chega praticamente como esgoto puro em Poá. Na divisa com Itaquaquecetuba está sendo feita uma canalização na altura da Vila Varela, até a altura da Avenida Brasil o córrego chega limpo, até desaguar poluído no Tietê. Poá pode até fazer sua parte e multar a Sabesp, por exemplo, mas não adianta se os outros municípios não agirem também. Retoma também o caso dos conjuntos habitacionais construídos na divisa entre São Paulo com Itaquaquecetuba, que transferem os problemas para Poá.

Sobre a bacia do Guaió, coloca a preocupação com o problema habitacional, mas defende que as leis ambientais não podem ser ignoradas. Por fim, discorda do Brunetti de que o foco está nas obras, avalia que existe uma tendência a se resolver problemas pela construção civil, porém o plano engloba também as questões ambientais e se volta ao crescimento ordenado da região.

Augusto de Jesus lê um trecho do programa do PDUI: “O PDUI será a base de formulação de políticas públicas para a RMSP, e a principal referência para a locação de recursos orçamentários.” Entende que, se não houver um bom planejamento, no

futuro a captação de recursos vai ficar mais difícil. Pode até ser que o PDUI caia no esquecimento ou não seja muito praticado, mas se for levado a sério, os municípios podem ser prejudicados por não fazerem agora um trabalho elaborado pensando no futuro. Levanta ainda outro ponto: “Será ainda o principal instrumento de governança interfederativa, fator importante da pactuação de consensos políticos sobre a prioridade do desenvolvimento regional envolvendo os três níveis de governo e a sociedade.” Acredita que estão no caminho certo para se fazer uma política correta, de discutir com a população assuntos tão importantes.

Mário Sumirê reforça que a finalidade do plano é a formulação de uma proposta de lei para a câmara legislativa, e lembra que a partir do momento que virar lei é um instrumento para qualquer cidadão usar para observar e fiscalizar seu cumprimento.

Paulo Silas Dornelas parabeniza Ana Paula, Ludimila, a equipe do Condemat, os vereadores e toda a equipe do da Prefeitura de Poá. Lembra que na primeira reunião da câmara técnica, em Biritiba, já começaram a discutir o PDUI e Ludimila ressaltou que as outras câmaras técnicas do Condemat também estão se manifestando a respeito do plano. Finaliza agradecendo em nome do poder legislativo e de toda a população de Poá.

Ana Paula também agradece a presença de todos e destaca que foi uma noite muito rica e intensa. Fecha lançando um desafio: muito se falou dos problemas e da dificuldade de articulação com os municípios vizinhos, incita que se busquem propostas, que se pense nas oportunidades que a região tem, como a indústria têxtil ou mesmo a qualidade na educação e creches citada. Espera que os presentes continuem acompanhando ativamente, propondo, pois, mesmo com opiniões diferentes, é contribuindo que tornamos as cidades e o Estado lugares melhores do que são hoje.

Ludimila, representando o Condemat, agradece a presença de todos, e saúda o presidente do consórcio, Marco Bertaiolli.

Ana Paula entrega um exemplar do “Visão da Metrópole” para o prefeito de Poá e uma para o presidente da câmara.

Dornelas também agradece a presença de todos, incluindo prefeitura e sociedade civil, e lembra que as discussões continuam por meio das propostas que podem ser encaminhadas pela plataforma e em breve também discutirão o Plano Diretor de Poá. Deseja boa noite a todos e encerra a audiência.